

# **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

## **PROJETO DE LEI N° 230, DE 2015**

Disciplina a aquisição de água mineral ou potável de mesa, nas condições que especifica.

**Autor:** Deputado RÔMULO GOUVEIA

**Relatora:** Deputada MARIA HELENA

### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 230, de 2015, de autoria do Deputado Rômulo Gouveia, propõe que o revendedor ou distribuidor de água em recipientes retornáveis seja obrigado a aceitar a troca por recipiente de qualquer fornecedor, desde que o fabricante seja legalmente autorizado e o garrafão esteja dentro do prazo de validade.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania, estando a proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões no regime de tramitação ordinária.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas, e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, analisar a questão no que se refere à defesa e proteção do consumidor e ao equilíbrio nas relações de consumo.

## II - VOTO DA RELATORA

O projeto em análise merece especial atenção por tratar de tema essencial para a vida humana: o consumo de água.

Apesar da nobre intenção do autor da proposta em desejar facilitar a vida do consumidor, devemos manter atenção no que já dispõe a legislação consumerista e, também, o equilíbrio nas relações de consumo.

No que tange aos cuidados com a manutenção da qualidade e higiene das garrafas retornáveis, a Portaria nº 387, de 19 de setembro de 2008, do Departamento Nacional de Produção Mineral, estabelece os critérios para a fabricação e manutenção dos vasilhames, bem como estabelece uma data de vencimento baseada na data de fabricação.

Inclusive, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, em Nota Técnica nº 61/2010 CGAJ/DPDC/SDE/MJ, que trata sobre a validade dos vasilhames de água mineral potável dispôs que: “é válido esclarecer que o consumidor ao adquirir um garrafão de água mineral o faz para adentrar a sistemática de venda de água mineral potável, entretanto o consumidor adquire é o produto ÁGUA e não o garrafão. Impor ao consumidor a compra do garrafão mais de uma vez, configura prática abusiva prevista no art. 39, inciso V do CDC que dispõe “exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva”.

Nesse sentido, resta evidenciado que o produto adquirido pelo consumidor é a água mineral potável, sendo o garrafão plástico o invólucro para o seu armazenamento. Portanto, impor ao consumidor o ônus da aquisição de inúmeros garrafões de água para a obtenção do produto seria no mínimo, uma prática abusiva, prevista no Código de Defesa do Consumidor e consideraríamos flagrante violação à sua proteção.

Além disso, é uma clara interferência ao princípio constitucional da livre iniciativa, pois representa uma interferência indevida na gestão das empresas privadas. O que poderia justificar essa interferência seria uma necessidade real de proteção do consumidor, que, como já posto, acreditamos estar devidamente protegido pelo Código de Defesa do Consumidor.

Ante o exposto, votamos pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 230, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputada MARIA HELENA  
Relatora